

FILHOS DE DIONÍSO: por uma nova historiografia das festividades carnavalescas.

Wagner Geminiano dos Santos*

Resumo: Esta comunicação busca apresentar as discussões teórico-metodológicas que norteiam e constituem a base para a construção da minha dissertação de mestrado. Diante da impossibilidade de estabelecer conexões satisfatórias entre a historiografia das festas, ao menos, boa parte dela, e o problema que ora evidenciava e procurava historicizar busquei constituir um novo espaço de experimentação, procurando delinear caminhos transitáveis adentrando por searas teóricas, até certo ponto, marginalizadas pela historiografia das festas; rompendo e derrubando fronteiras e fortificações teórico-metodológicas bem estabelecidas neste campo do saber. Foi abrindo e trilhando este caminho que me foi possível trabalhar com e a partir de Foucault, Deleuze, Certeau e Nietzsche fazendo-os, muitas vezes, caminharem lado a lado, em outras se conectarem, nem sempre na mesma ordem, e estabelecerem ressonâncias.

Palavras-chave: historiografia, teoria, espaço.

Elegemos como porta de entrada de nossos estudos as festividades carnavalescas produzidas em e que produziram Campina G(g)rande no final do século XX. Contudo, não se trata de um olhar disperso e aleatório, ao contrário, ele sabe o que olha e de onde olha. Neste sentido, o nosso olhar é impelido a pensar o passado a partir do presente para que assim possamos colocar aquele contra este e pensar aquilo que nos separa de nós mesmos e o que devemos transpor e atravessar para nos pensarmos a nós mesmos.

Neste sentido, o nosso estudo parte de situações e acontecimentos presentes e dos problemas e questionamentos que colocamos com e a partir deles, quais sejam: tornou-se praticamente consensual, nos últimos anos, entre os habitantes de Campina Grande, a afirmação de que não mais existe carnaval na cidade, a não ser o “carnaval fora de época” que acontece em outras datas que não a específica do calendário para essa festividade. Diante deste acontecimento, problematizamos: como os carnavais locais deixaram de ser vistos e ditos por praticamente todos os habitantes da cidade justamente no momento em que se prolifera(va) pela mesma e praticamente entre todos os seus habitantes uma visibilidade e dizibilidade sobre outros eventos festivos colocados como os “maiores” e os “melhores”, a exemplo do São João e da Micarande, este último visto e dito como os carnavais da cidade? Eventos estes colocados como as vitrines que não só dizem, mas mostram Campina

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e bolsista CAPES. E-mail: wagnerbarauna@yahoo.com.br. Orientador: Durval Muniz de Albuquerque Jr.

G(g)rande. Quais foram as condições de possibilidade desse silenciamento e desta nova visibilidade e dizibilidade? Como isto foi possível e não outra coisa?

Contudo, vale salientar, não nos voltamos sobre o passado para buscar aquilo que nos identifica a ele ou que o liga a nós, ou seja, uma identidade e uma continuidade, mas para ver nele e dizer aquilo que estamos em vias de diferir, o que é diferença, descontinuidade, para que assim possamos pensar a nós mesmos e ver e dizer que podemos ser diferentes no presente e no futuro, que não somos a continuidade do passado e muito menos que devemos obrigar o futuro a ser a nossa.

Para tanto, nos distanciamos de algumas abordagens e perspectivas de estudo que se detiveram ao tema carnaval e ao estudo das festas de uma forma geral¹, pois, as mesmas não nos permitem pensar de forma satisfatória as festividades carnavalescas produzidas em e que produzem Campina G(g)rande no período de 1970 a 2000, uma vez que o problema que colocamos é de uma dimensão distinta dos propostos por aqueles estudos. Assim, permitimo-nos lançar outras perguntas, formular outros problemas e hipóteses, criar novos “métodos” de abordagem e, acima de tudo, ver e dizer outras coisas sobre as festividades carnavalescas. Norteados por este pensamento, cabe-nos fazer alguns esclarecimentos.

Tornou-se evidente, e quase que natural, durante as últimas décadas, o carnaval ser colocado como uma manifestação cultural própria do povo brasileiro. Tanto é assim que o Brasil já foi – e ainda o é – chamado de “País do Carnaval”. Além disso, o carnaval é visto e dito, por leigos e alguns estudiosos, como elemento integrante – junto a outros elementos como o futebol, o sincretismo religioso, o “jeitinho brasileiro” etc. – de uma suposta identidade nacional.

Entretanto, é contrário a este tipo de pensamento que primeiro nos colocamos, com o objetivo de nos colocarmos fora da “dobra” destes enunciados buscando ver e dizer os carnavais de outros ângulos e lugares para assim desmontar, destruir e dissipar essa suposta unidade e identidade nacional, e mostrar que na sua fundação encontra-se antes o múltiplo, a

¹ Dentre elas destaco as seguintes: ARAÚJO, Rita de Cássia B. de. *Festas: Máscaras do tempo* – entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996. BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Universidade de Brasília, 1993. BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. _____. *Variedades em História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. CUNHA, Maria Clementina P. da. *Carnaval e outras F(r)estas: ensaios da história social da cultura*. Campinas: Unicamp/ CECULT, 2002. DA MATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1997. _____. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. DAVIES, Natalie Zemon. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. RODRIGUES, José Carlos. *O corpo na História*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999. SOUZA, Antonio Clarindo B. De. *Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)*. Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2002.

dispersão de acontecimentos, e que a identidade é o efeito de relações de e entre poder e saber. Para, a partir daí, pulverizá-las e permitir novos caminhos a trilhar e olhares a construir ou a destruir sobre tais festividades.

Segundo, vamos privilegiar, neste texto, uma abordagem conceitual que nos possibilite constituir um novo espaço de experimentação, procurando delinear caminhos transitáveis adentrando por searas teóricas, até certo ponto, marginalizadas pela historiografia das festas; buscando com isto romper e derrubar fronteiras e fortificações teórico-metodológicas bem estabelecidas neste campo do saber. Para abrir e trilhar este caminho trabalharei com e a partir de Certeau, Foucault, Deleuze e Nietzsche fazendo-os, muitas vezes, caminharem lado a lado, em outras se conectarem, nem sempre na mesma ordem, e estabelecerem ressonâncias entre si, para quem sabe, ao final, sairmos exitosos deste momentâneo desafio. Portanto, nas linhas que se seguem veremos a formulação de algumas hipóteses, de algo para dar a ler e a pensar, algo para dar no que ler e no que pensar e que nos possibilite a abertura de novos espaços de experimentação historiográfica.

Isto decorre de nossa opção de leitura. Não queremos ler Certeau, Foucault, Deleuze ou Nietzsche e seus escritos, muito menos estamos interessados nos sujeitos Certeau, Foucault, Deleuze ou Nietzsche e no sentido que eles quiseram dá a seus escritos, se é que eles assim o quiseram. Estamos interessados em ler com Certeau, Foucault, Deleuze, Nietzsche e seus escritos, ver o que eles dão a ler e a pensar e como eles dão a ler e a pensar.

Após algumas leituras com Certeau um problema, uma hipótese nos dá no que pensar, qual seja: acreditamos que Certeau abre um espaço para pensarmos a história como indisciplina, ou seja, como um saber nômade, que não tem um lugar fixo ou não se dá ao estabelecimento em um lugar próprio. A história pensada com Certeau se aproxima em grande medida de um saber transversal, de um exercício de pensamento, ao qual Deleuze chamou, de máquina de guerra, um pensamento nômade, incontido, constantemente em conflito com seu tempo e consigo mesmo. Ou seja, não há História e sim historicidade. Não há História, mas tão somente historiografia.

Apontamos isto, pois a forma como Certeau nos dá a pensar o tempo, ou a temporalidade é completamente diversa daquela que uma certa tradição historiográfica está acostumada a pensar ou dar a pensar, ou seja, a partir de Certeau podemos dizer que passado, presente e futuro só existem em função de um agora que é presença no mundo, em outros termos, este agora, que acabou de acabar, é que funda uma temporalidade, ou seja, institui um antes (passado), um depois (futuro) e a sensação de pertença a um tempo (o presente). Desta forma, aquilo que chamamos de História só se dá a partir deste agora. O passado não é um

dado, assim como o futuro não está determinado pela soma ou continuidade de passado e presente sendo o seu resultado ou desfecho. A história se dá no fluxo, no movimento, no inapelável de cada instante, de múltiplos instantes, de cada passo dado, sem garantias capitalizadas ou resultados garantidos.

A História pensada com e a partir de Certeau, Foucault, Deleuze e Nietzsche não é Memória, é historicidade, e, portanto, indeterminação, diferença, descontinuidade. Assim, se torna impossível pensar uma separação entre História (real vivido ou passado dado) e historiografia (relato sobre), uma vez que todo relato sobre só é possível nos percursos, nas trajetórias de cada historicidade e, muito menos a (de)marcação de lugares ou a constituição de um próprio a partir do qual seja possível observar e dizer objetivamente a História. A história não é. Ela acontece na historicidade.

E isto os quatro nos ensinam, pois seus escritos não estão submetidos à lógica de um lugar, de um próprio, se estivermos pensado o lugar, o próprio como uma vitória do espaço sobre o tempo, muito embora pensem espacialmente. Seus escritos dão a pensar que se constituem antes sob a mobilidade e volatilidade de solos pantanosos, de areias movediças onde seria impossível a constituição de uma base sólida, de um espaço de previsão, de cálculo ou de capitalização de possíveis resultados. Seus lugares são heterotópicos.

Supomos isto, pois, eles nos dão a ler e a dizer que não há, ou não pode haver a (de)marcação de lugares de fala, mas tão somente a historicização de uma caminhada, de um percurso em espaços transformados em lugares próprios, em territórios de poder e saber controlados por especialistas, peritos, filósofos, cientistas, teóricos; territórios e fronteiras estas estrategicamente constituídos, mas que apesar das tecnologias disciplinares, dos procedimentos que os organizam e estruturam ainda há possibilidades de se estabelecer outras maneiras de caminhar, de perambular, de constituir um traçado ou traçados diferentes, de inventar, tática, poética e belicamente outras espacialidades que ao invés de submetidas a lógica do lugar estejam atravessadas pela historicidade, pelas incertezas daquilo que devém. Ao invés da seriedade de *Chronos* as brincadeiras de *Aion* e os rompantes de *Kairos*. Um mapa pode estar definido, mas o trajeto, o percurso, a viagem a se fazer será sempre uma incógnita a depender das ocasiões aproveitadas, dos instantes experimentados e do inapelável do que devém. Assim, novas espacialidades são fundadas a cada instante, a cada passo dado.

Desta forma, eles dão a ler e a pensar algumas relações conceituais que não estão postas na ordem de uma verticalidade ou de uma horizontalidade, ou seja, tão somente em relações de profundidade ou de superfície, mas relações de ordem quântica, espacializantes, que se estabelecem em várias direções, transversalmente. A primeira, e talvez, mais

fundamental delas é a relação estabelecida entre uma espécie de topografia bélica (uma geografia das batalhas) e a (sua) historicidade, ou melhor, a relação transversal que se estabelece entre espacialidade e temporalidade na constituição daquilo que estamos nomeando de historicidade. A partir de Certeau, Foucault, Deleuze e Nietzsche podemos dizer que é só a partir deste violento encontro que as coisas são realmente permeadas e atravessadas de e pela historicidade.

Pensar com Certeau, Foucault, Deleuze e Nietzsche este encontro remete a alguns conceitos que pensamos fundamentais, conceitos estes que dificilmente funcionam sozinhos, mas só nas relações de proximidade ou afastamento que os instituem e constituem. Para além de oposições ou justaposições os conceitos, sobre os quais iremos discorrer a seguir, são passíveis de se relacionarem das formas mais diversas possíveis. Portanto, iniciaremos relacionando-os da forma mais óbvia, ou seja, estabelecendo suas oposições, para em seguida estabelecer suas possíveis justaposições e, por fim, destruir estas duas formas de relacioná-los e dar a pensar outras formas de colocá-los em relação.

Neste exercício a que nos propomos os primeiros conceitos que colocaremos em relação são o de lugar e o de espaço. O conceito de lugar assim como Certeau nos dá a pensar para esta relação pressupõe e delinea pontos fixos, territórios e fronteiras bem delimitadas e estabelecidas, onde os elementos encontram-se dispostos uns ao lado dos outros, nele impera a lei de um próprio. Portanto, um lugar é uma configuração de posições, uma indicação de estabilidade, uma cristalização ou para utilizar uma expressão de Deleuze uma territorialização que produz como efeito a sensação de um tempo retido, de um passado dado. Por sua vez o espaço implica mobilidades, múltiplos vetores de direção, quantidade de velocidade e a variável tempo. O espaço é onde os móveis se cruzam, ele não é dado a priori, ao contrario, ele é produzido à medida que se caminha. O espaço é cartográfico, por mais que exiba pontos de referência às possibilidades de percursos não estão dadas, estarão sempre por serem feitas, produzidas, inventadas.

Pensar estes dois conceitos colocando-os em relação de oposição nos remete a pensar também a história sob dois enfoques opostos. O primeiro deles nos dá a pensar a história submetida às leis de um próprio, ou seja, como uma disciplina com um território constituído e sedimentado, que opera dentro de fronteiras as quais julga conhecer bem os limites, vizinhanças e distanciamentos. Nesta direção se colocou grande parte da historiografia do século XIX, em especial as de vertente positivista, e todas aquelas que com ela estabeleceram ressonâncias ao longo do século XX e pretenderam dar a história o estatuto de ciência aos moldes das ciências exatas. O segundo enfoque nos dá a pensar a história como

(in)disciplina, ou seja, pensá-la e praticá-la fora da lógica do lugar, das leis de um próprio, das (de)marcações de um território; mas como um saber em fluxo, em movimento, um saber cartográfico, topológico e espacial, ou melhor, que constitui espacialidades a medida que as modifica e se modifica de acordo com os instantes e ocasiões, de acordo com a historicidade que lhe atravessa e que atravessa. Um saber perspectivo e em perspectiva. Ao invés de um passado dado a cortejar, uma historicidade por inventar; menos uma História por ser descoberta e contada e mais uma historiografia por ser produzida.

A segunda forma que vamos agenciar os conceitos de espaço e lugar é justapondo-os. E ao estabelecer este tipo de relação ela nos remete prontamente a outro conceito fundamental, o de memória. Uma vez que Certeau, Foucault, Deleuze e Nietzsche nos possibilitam pensar este conceito como uma composição de lugar por sob uma espacialidade (por ser) produzida, desde que aí esteja implicado duas variantes de tempo: uma diz respeito a um tempo contínuo, linear, único, teleológico, um tempo espacializado, territorializado (*Chronos*); a outra variante remete a um tempo descontínuo, eruptivo, intempestivo, evanescente e múltiplo (*kairós e aion*).

Pensar a memória tendo nela implicada a primeira variante pressupõe vê-la e dizê-la como Memória-Histórica, ou seja, como um contínuo espaço-tempo segmentado, como a sucessão passado-presente-futuro na qual os acontecimentos se sucedem ao se encadear e se encadeiam ao se sucederem numa linha temporal que produz como efeito um lugar de memória como repositório de um sentido histórico a ser realizado.

Submeter a memória a segunda variante nos possibilita operar um deslocamento na sua composição. Ou seja, liberá-la de uma composição de lugar na qual uma espécie de passado dado parece se constituir como o *a priori* necessário e desloca-la em direção a um tempo acumulado no e pelo qual será instruída por múltiplos acontecimentos entre os quais circula sem possuí-los, uma vez que o tempo não se limita a um passado dado, mas a uma multiplicidade de experiências e tempos descontínuos, eruptivos. Desta forma, a memória mediatiza transformações espaciais segundo o modo do momento oportuno produzindo assim uma ruptura instauradora, uma transgressão da lei do lugar. No entanto, essas mudanças têm como condições os recursos de um tempo que obedece a outras leis e que, por surpresa, furta alguma coisa a distribuição proprietária do espaço. Ela abre trincheiras, produz pregas, se constitui como uma dobra, o que Deleuze chamou de absoluta memória.

Em suma, é operar um deslocamento que permite a memória retornar a historicidade que lhe é constitutiva, liberá-la do primado do lugar e submetê-la as variantes de um tempo múltiplo, descontínuo, que a todo instante abre rasgões, fendas, erosões, fissuras,

rachões nas espacialidades que constituem e nos pontos que pretendem se estabelecer como marcos. É colocá-la novamente em conflito, permeada por relações conflitivas, poéticas e bélicas, no cerne de uma batalha da qual não se tem vencedores e vencidos definidos, da qual não se pode prever o seu resultado mais tão somente traçar os mapas imprecisos de seu desenrolar. A cada instante, a cada momento, a cada passo dado um mapa por ser produzido, sempre em retrospectiva, em perspectiva, sempre por ser feito, sempre imperfeito, defasado.

Por fim, para explodir com estas oposições e justaposições que venho construindo com Certeau, Foucault, Deleuze e Nietzsche, coloco em cena mais dois conceitos fundamentais, o de poder e o de força e, de imediato, os relacionarei com os de estratégia e de tática. Com este exercício pretendo dar a ler e a pensar que para além das oposições e justaposições os conceitos acima apresentados podem ser articulados de outras formas, em outros registros, em outras direções dependendo do uso que se faz, dos agenciamentos que se produzem e das relações de força e poder que os atravessam.

Primeiro, quero dar a pensar que “o poder” é o que possibilita uma composição de lugar, ou melhor, uma articulação de lugares distintos, uma acumulação, uma capitalização de forças à medida que se insinua *entre*, neste sentido “o poder” é uma prática, uma relação *entre* forças distintas, é o efeito do choque de forças, de sua reação ou convergência. Neste sentido, essas relações são o que possibilitam a formulação de uma estratégia, a configuração de um plano de observação e de previsão, tanto convergentes quanto divergentes, o que nos faz dizer que os beligerantes não estão dispostos da mesma forma no campo de batalha e muito menos ocupando os mesmos lugares ou aptos a penetrarem todas as fronteiras ou a ocuparem todos os territórios. Colocada desta forma, a relação destes dois conceitos apontam, portanto, para a configuração de uma dimensão estratégica da batalha, ou para utilizar outro termo de Deleuze, para a composição de um diagrama de poder onde os lugares, os espaços, a memória e o tempo vão ser instrumentos, armas fundamentais para as batalhas travadas pelos inúmeros beligerantes em combate.

Contudo, algo parece escapar e se desviar do embate, do choque, mas não do combate. Algo parece agir fora do alcance do olhar vigilante, mas pelos mesmos espaços onde se constituem o diagrama de poder, são forças “do fora”, ao contrário das forças que se chocam, ora para reagir, ora para convergir, estas forças “do fora” agem, sem, no entanto, constituir lugares próprios dentro do diagrama de poder, aí elas fazem um pagueado, cavam trincheiras aqui e lá, se movimentam constantemente, são eruptivas, nômades, desterritorializadas. E é justamente nisto que elas se diferenciam das forças que se chocam, elas não são reativas ou conjuntivas, não se constituem como barreiras ou como agregadores,

pelo contrario elas são ativas, sem deixarem de ser força. Por mais que elas se insinuem no mesmo campo de batalha sua natureza é de outro tipo, ela é do tipo tático, o que lhe dá o diferencial de ser mais combativa, inventiva e astuta que as força de outra natureza.

São potências de ação, microscópicas, disseminadas, fervilhantes, aleatórias, nômades, distribuem golpes inesperados, fazem traçados cambiantes e sinuosos se desviando, tateando e se insinuando por outros caminhos, por entre as brechas e frestas que produz sem ser vista, invisível, surda, mas muito barulhenta e destrutiva nos seus ataques, sempre sutil e precisa, não desperdiça as ocasiões e oportunidades que se apresentam. É uma máquina de guerra nômade, da qual a expressão virtual é aquilo que Certeau nos dá a pensar como homem ordinário, ou seja, cada um e ninguém, o nômade por excelência, aquele que faz ruir todas as fronteiras, que penetra em todos os lugares, que transgride suas leis, perverte as certezas e previsões, ele é presença e ausência ao mesmo tempo, está aqui e ali, está em todos os lugares e em lugar nenhum.

Neste sentido, pensar “homem ordinário” com Certeau é entendê-lo não como uma condição ontológica, como um ser no mundo, mas como uma presença no mundo, ou seja, estilos de estar e usar o mundo. Homem ordinário, uma espécie de soldado inventivo, astuto, caminhante entre as trincheiras cotidianas, que ousa utilizar o espaço do inimigo em proveito próprio, fazendo das trincheiras seus espaços, muito provisórios, de combate, abrindo assim espaços de movimentação, de ação e de luta. Então, homem ordinário é todo aquele (indivíduo, grupo etc.) que consegue fugir, escapar, burlar ou usar em seu proveito um olhar, um enquadramento, uma determinação, uma ação estratégica, um espaço totalizador ou um olhar universalizante através de movimentos e ações táticas, inventivas, astutas burlando, usando e se desviando dos choques com “o poder”. Com isto, queremos destacar também que os ditos “populares” ou as pessoas simples, comuns não são em si mesmos homens ordinários, como muitos pressupõem, o homem ordinário é cada um e ninguém, é uma personagem disseminada, caminhante inumerável, inclassificável podendo, desta forma, ser tanto um popular quanto um representante das elites uma vez que elites e populares são lugares dispostos estrategicamente no campo de batalha.

É uma força ativa, não se conforma em lugares, não reage e não se choca, pelo contrário, ela choca o olhar vigilante, age no espaço inimigo, destrói a segurança dos territórios e fronteiras, perverte as certezas, se joga e joga no e com os “azares” do tempo combatendo contra a História, a Memória, o Lugar, o Território, mas sempre na historicidade que lhe é peculiar e com as armas que encontra por sob os espaços que percorre, usando-as com o auxílio de uma memória, que também é esquecimento, mas que lhe permite dispor de

experiências acumuladas de outros múltiplos acontecimentos, em função das quais lhe é possível fazer o melhor uso das armas que dispõe no momento oportuno.

Procuraremos assim, aplicar estas hipóteses e todas as ferramentas e operadores que a constituem fixando com isto o lugar – ou talvez o teatro muito provisório – de onde partem os direcionamentos do trabalho que buscamos fazer. Enfim, a partir deste espaço por experimentar e destas hipóteses e com as ferramentas e operadores que dispomos, buscamos historicizar como Campina Grande foi constituída com e a partir de suas festividades no final do século XX.

Referencias bibliográficas

- CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 1995.
- _____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *“A operação histórica”*. In: LE GOFF, Jaques & NORRA, Pierre. **História, novos problemas**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo. Editora Brasiliense. 2005.
- FOUCAULT, Michel. *“Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento”*. In: **Ditos & Escritos**. Vol. II. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2005.
- _____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- LAROSSA, Jorge. **Nietzsche & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- MACHADO, Roberto. **Deleuze e a filosofia**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- _____. **Zaratustra: Tragédia Nietzscheana**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- VEIGA - NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.